COMISSÃO DE SAÚDE

SUBSTITUTIVO ADOTADO AO PROJETO DE LEI Nº 4.056, DE 2020

Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para dispor sobre a elaboração multiprofissional do exame criminológico.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, para dispor que o exame criminológico será elaborado por médico psiquiatra, a fim de avaliar se o caso envolve ou não diagnósticos clínicos de sua responsabilidade profissional, em conformidade com os critérios científicos.

Art. 2º O art. 8º da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 8°	 	 	

- § 2º O laudo do exame criminológico será elaborado por médico psiquiatra, responsável por definir diagnósticos clínicos, ou sua ausência quando for o caso, e o respectivo prognóstico, em conformidade com o art. 4º da Lei nº 12.842, de 10 de julho de 2013, bem como a avaliação da periculosidade do apenado.
- § 3º Para subsidiar o laudo referido no § 2º, o médico psiquiatra poderá valer-se de pareceres técnicos, avaliações e laudos complementares elaborados por psicólogos e assistentes sociais, respeitadas as atribuições legais de cada profissão." (NR)
- Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em 27 de agosto de 2025.





Deputado **ZÉ VITOR**Presidente



